

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 9 de julho de 2025, antecipada para o dia 8 de julho de 2025 - Ata n.º 63.

Aos oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às dezessete horas e vinte e dois minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luís Corti** (na função de 1.^º Secretário) e **Cloara Pinheiro** (na função de 2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **63.^a Sessão Ordinária da 3.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária de quarta-feira, antecipada para terça-feira. Ordem do Dia. Temos cinco Redações... Concedo a palavra à Deputada Ana Júlia, no Horário das Lideranças, posteriormente à Deputada Flávia Francischini.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Obrigada, Presidente. Boa tarde, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas. De antemão gostaria de pedir desculpas, porque sei que é de costume nosso que, quando temos mais de uma Sessão no mesmo dia, não fazemos fala na segunda Sessão. Mas, no decorrer da primeira Sessão, a Extraordinária, fui surpreendida por um pedido de cassação do meu mandato pelo Deputado Ricardo Arruda, protocolado nesta Casa no dia 14 de maio. E aí não tem como eu não me manifestar na tribuna desta Casa com o absurdo que estão fazendo com esta Assembleia Legislativa, com a deturpação que estão fazendo com o que deveria ser o Conselho de Ética. E dizer para todos vocês que atuo com muita responsabilidade e acredito que precisamos conseguir falar das atitudes dos

nossos colegas na proporção, razoabilidade e medida daquilo que eles fazem. E vocês gostariam de saber o motivo pelo qual o meu mandato está sendo alvo de um pedido de cassação? Porque fiz um Requerimento acusando que o Deputado Arruda tinha faltado em três Sessões Ordinárias consecutivas na CCJ. Nada além disso. A desculpa é porque falei que ele não conhece o Regimento da Casa, porque falei que ele tenta desmoralizar, porque falei que ele teve preguiça de ler o art. 97, porque falei que ele não sabe a pauta da reunião e porque falei que o Deputado Ricardo Arruda cometeu violência política de gênero. Esses são os motivos pelos quais ele pediu a cassação do meu mandato. E aí vou ter que dizer aqui de novo que ele cometeu violência política de gênero! E olhem só a ironia dos homens: eles cometem violência política de gênero contra uma mulher e daí querem fazer do alvo essa própria mulher! Ele vem aqui e, em vez de ter um debate político, faz um debate sobre vestimentas e quer se sentir no direito de poder pedir a cassação do meu mandato. Ele vem aqui e fala os absurdos que fala na tribuna e se acha no direito de pedir a cassação do meu mandato. Quando ele cometeu violência política de gênero reiteradas vezes comigo neste Plenário, vocês sabem o que pedi para o Conselho de Ética? Uma advertência por escrito. Não pedi a cassação dele, apesar de ser crime, apesar de estar no Código Eleitoral. Não pedi a cassação dele, não pedi a suspensão das prerrogativas parlamentares; pedi uma advertência por escrito, porque isso é proporcional ao que ele fez, porque isso está dentro do que ele fez e que deveria ser advertido pela Casa, que inclusive deveria ter sido advertido oralmente, enquanto ele fazia no Plenário, e não foi feito. Então, estou aqui para dizer para os Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas que, quando abrimos margem para esse tipo de discurso, para esse tipo de violência acontecer e não fazemos nada, nos calamos e deixamos passar, é só *mais alguém falando*, é isso depois que acontece. Usar as ferramentas e os espaços da Casa para, sim, tentar perseguir, tentar incriminar, como se o que eu estivesse debatendo não fosse importante, como se o debate que fiz sobre a presença na CCJ não tivesse sido importante. E, pasmem os senhores e as senhoras, não faltou nunca mais depois da CCJ, depois daquilo. Nunca mais! Como se o debate que eu fizesse sobre violência política de gênero não fosse

importante, porque estou tentando desqualificá-lo. Porque eu o acusar de violência política de gênero – que todo mundo viu que aconteceu mais de três vezes nesta Casa contra mim por esse Deputado – daí ele tem que responder pedindo a cassação do meu mandato. Está uma palhaçada esse uso indiscriminado do Conselho de Ética, do Comitê de Ética, de pedido de cassação de mandato de Deputado. É um absurdo. Qualquer coisa que um Deputado fala e que o outro discorda, vai lá e pede a cassação de um Deputado.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputada Ana Júlia, me permite um aparte?

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Com toda a certeza, Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputada, na verdade é o seguinte, gostaria de saber a causa de pedir, porque a mim me parece o seguinte: não há nenhuma razão para alguém pedir cassação do seu mandato. A mim está aparecendo litigância de má-fé nesse caso, embora não estejamos falando de processo judicial. Mas, indiscutivelmente, V.Ex.^a não deve se sentir intimidada por um pedido igual a esse. Entendo que é uma manifestação política do Parlamentar, ele efetivamente tem um posicionamento político e ideológico, de certa forma para dar vez aí os seus apoiadores... Acho que é uma manifestação política. Agora, V.Ex.^a exerce com proficiência, com responsabilidade o seu mandato de Deputada Estadual para o qual foi eleita e não deve efetivamente ficar abalada. Por outro lado, o Conselho de Ética também é um Conselho de Ética presidido pelo Deputado Jacovós, equilibrado, e obviamente – provavelmente – isso pode ser até rejeitado liminarmente. Quero depois inclusive conhecer as causas de pedir, porque reconheço, viu, Presidente Alexandre Curi? Embora esteja me dirigindo à Deputada Ana Júlia. Veja, é necessário que de fato tiremos a Assembleia Legislativa das páginas da crônica política e quase da crônica policial por questões iguais a esta. Debatemos tantos temas importantes e relevantes aqui nesta Casa e o que acaba ganhando relevância são justamente questões iguais a essa. Da minha parte, Deputada Ana Júlia, conte com a minha integral

solidariedade e peço, enfim, a todas e a todos aqui: É hora da podermos baixar um pouquinho a adrenalina aqui, ter respeito pelos colegas Parlamentares. O voto é sagrado, sempre tenho dito. Ninguém tem de nós direito de tirar o mandato de ninguém. Aqui sempre tenho dito: nunca vou votar para cassar nenhum Parlamentar nesta Casa, mesmo que possa ser o que for, não votarei nunca, porque é o povo que elege e é o povo que deixa de eleger. Então, a minha solidariedade. Acho que é um instrumento pouco eficaz esse. Não se sinta intimidada e continue de cabeça erguida, porque tem a minha confiança no exercício pleno de seu mandato eletivo.

Deputado Professor Lemos (PT): Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Deputado Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT): Deputada Ana Júlia, quero cumprimentar V.Ex.^a e dizer que tenho o orgulho de ter você aqui na Assembleia como nossa Deputada. Está fazendo a diferença aqui, qualificando este espaço que é o Legislativo do Paraná. Inadmissível esse pedido de cassação do mandato de V.Ex.^a. Vossa Excelência é uma excelente Deputada e certamente a Comissão de Ética vai arquivar isso, porque é um absurdo. Como o Deputado Romanelli já citou, isso se trata de litigância de má-fé, sabe que V.Ex.^a é uma excelente Deputada e não deve ter o mandato cassado. Abaixo o machismo! O machismo faz isto, faz mal à sociedade paranaense e brasileira.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Obrigada, Deputado Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT): Estamos juntos!

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Concede um aparte?

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Deputada Mabel.

Deputada Mabel Canto (PP): A Cristina pediu antes.

Deputada Cristina Silvestri (PP): Conte com a minha solidariedade. Não existe motivo nenhum para cassar o seu mandato, fique tranquila.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Muito obrigada.

Deputada Mabel Canto (PP): Deputada Ana Júlia, a senhora tem sido uma Deputada muito atuante, às vezes isso acaba incomodando, mas continue firme e forte. A senhora representa as mulheres, os jovens deste Estado. Conte com a Liderança da Bancada Feminina, porque, além de tudo, tem uma postura aqui nesta Casa invejável, inclusive. Invejável. Conte com o meu apoio também.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Obrigada, Deputada Mabel. Para encerrar, coloco a todos...

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Deputada Ana Júlia, um aparte.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Deputada Luciana.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Também só quero falar para ti que tem todo apoio da nossa Bancada PT/PDT. É inaceitável um Requerimento como esse, não tem justificativa, inclusive a Comissão de Ética não deveria nem aceitar um Requerimento como esse, não deveria dar andamento em um Requerimento como esse, mas também é compreensível, não é, vemos uma pessoa... a pessoa que entra com um Requerimento como esse é tão cheia de ódio e semeia tanto ódio que ela deveria se preocupar, porque tudo que semeamos, colhemos. E ela pode ter uma colheita muito farta, pode ser prejudicial para ela e para todos os que estão próximos dela. Pode ter certeza que esta Casa reconhece o grande trabalho que você faz... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^ª concluir, Deputada Ana Júlia.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): ... principalmente porque representa bem a todos os paranaenses. Parabéns pelo trabalho que realiza e conte com o nosso apoio.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Obrigada, Deputada Luciana. E para concluir...

Deputada Cloara Pinheiro (PSD): Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA RIBEIRO (PT): Deputada Cloara.

Deputada Cloara Pinheiro (PSD): A Procuradoria da Mulher já está à disposição, como nós já conversamos sobre isso. Já recebemos também a denúncia e já encaminhamos – a Procuradoria da Mulher.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Obrigada, Deputada Cloara. Para finalizar, coloco, na realidade, a todos os Deputados que o meu desejo é que paremos de simplificar e de tornar um instrumento tão importante como o Comitê de Ética, e como o trabalho que fazemos nesta Casa, como amenizar o que é o papel dele. Não é admissível que fique usando o Comitê de Ética para tudo e qualquer coisa, para qualquer discordância, para pedir a cassação de qualquer Deputado que seja. E tanto acredito nisso que não pedi a cassação de Deputado nenhum e não acho que esse seja o melhor caminho da política. Temos que valorizar o que é a Assembleia Legislativa do Paraná, este espaço que ocupamos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputada.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): ... é de representação do povo e agir à altura, debater aquilo que as pessoas têm interesse, que é nas pautas de saúde, de educação, econômicas e de infraestrutura. Muito obrigada, Presidente.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente Curi, ou eu falo cinco minutos aqui ou falo daqui mesmo?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vossa Excelência vai se inscrever no Horário das Lideranças?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Vou falar rapidamente, tem que dar uma resposta a isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Então, V.Ex.^a será inscrito posteriormente. Está inscrita a Deputada Flávia Francischini, o Deputado Alexandre Amaro e inscrevo V.Ex.^a. Já temos o Deputado Amaro inscrito.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Mas não está no Pequeno Expediente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Não, estamos no Horário das Lideranças.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Ela falou no Pequeno ou na Liderança?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Ela falou na Liderança da Oposição. Estamos no Horário das Lideranças, e o Deputado Amaro já se inscreveu pelo seu partido. Concedo a palavra à Deputada Flávia Francischini.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Bom, meus amigos, eu gostaria de reiterar mais uma vez aqui o assunto que já foi abordado hoje pelo Deputado Evandro – e por mim complementado, inclusive eu estava como Presidente no momento – a respeito do triste e revoltante acontecimento de ontem com relação à criança autista que foi encontrada amarrada. Preciso retornar a essa pauta, principalmente, porque fui procurada por pais e mães atípicos cobrando a respeito do Código do Autismo, Código esse que foi feito por todos nós aqui no ano passado, inclusive sancionado pelo nosso Governador. Dessa forma, então, peço que seja observado o Código na medida da sua aplicabilidade, apesar de que tenho plena convicção de que ontem o acontecido vai além do nosso Código; trata-se de tortura e, dessa forma, aproveito aqui a oportunidade para pedir às autoridades competentes medidas de alçada. Não podemos deixar, Renato, que isso continue acontecendo. São crianças, crianças indefesas, crianças que

acreditamos que estão em um local seguro. E aí aproveito o gancho para tratar e, desde já, me solidarizar com o acontecido hoje no Rio Grande do Sul; solidarizar com os pais, as mães, os familiares das crianças que passaram pelo atentado hoje. Duas crianças estão feridas, a professora, inclusive tivemos o homicídio de uma criança de nove anos. Trata-se de um rapaz que entrou em uma escola, com 17 anos, com um facão, com a desculpa de que estava indo levar um currículo e que, infelizmente, feriu essas crianças, o professor, e assassinou essa outra criança. Então, viemos aqui para dizer que não podemos mais sustentar situações assim, que por mais que venhamos a Plenário e peçamos, dia após dia, cuidado com as nossas crianças, com a segurança. Quero aproveitar para falar também de um Projeto de Lei de minha autoria – aliás, que sou coautora – e que fala exatamente do apoio e, principalmente, na questão da segurança dentro dos estabelecimentos escolares. Esse Projeto se encontra desde o ano passado na CCJ. Então, eu gostaria de pedir encarecidamente ao nosso Presidente da CCJ, Deputado Traiano, para que possamos dar celeridade a esse processo. Não podemos aceitar mais que as crianças sejam acometidas assim dentro das escolas. É isso aí. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Concedo a palavra ao Deputado Alexandre Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Muito boa tarde, Sr. Presidente, todos os nossos amigos, nesta última Sessão Plenária que teremos antes do recesso. Agradeço pelo senhor ter aberto a palavra, Sr. Presidente, e queria registrar aqui – apenas falei, mas queria registrar – o dia de amanhã, 9 de julho de 2025. Uma trajetória de fé, perseverança e impacto social: os 48 anos da Igreja Universal do Reino de Deus, da qual já faço parte há 33 anos e sou Pastor há 30 anos, completando este ano. Tudo começou em 9 de julho de 1977, quando então o Pastor Edir Macedo realizou o primeiro culto em uma antiga funerária no Bairro da Abolição, no Rio de Janeiro. Com um grupo pequeno de pessoas, mas cheio de fé, nascia ali uma Igreja que mudaria o profundo cenário religioso brasileiro. Antes disso, o trabalho era feito no Coreto do Méier, com um

microfone emprestado e um teclado simples. A mensagem de libertação espiritual e transformação de vidas encontrou eco em milhares e milhões de corações ao longo dos anos. Atualmente, a Igreja está presente em 127 países, com cerca de 12 mil templos no mundo, sendo mais de 8 mil e 700 no Brasil. São milhões de fiéis que acompanham cultos, eventos e ações sociais promovidas pela igreja. Estima-se hoje 7 milhões de pessoas que se identificam com a fé pregada na Igreja. Um dos maiores símbolos, o Templo de Salomão foi inaugurado em 2014, em São Paulo, mas temos diversos templos, em diversos lugares, dos maiores aos mais simples, pequenos, aonde muitas pessoas chegam todos os dias. As reuniões são feitas pela manhã, à tarde e à noite... não tem intervalo; sábado, domingo, feriados, assim segue o trabalho. A Igreja tem feito esse trabalho nas mídias sociais, na televisão, tudo com o único objetivo de levar as pessoas a encontrar a paz, a alegria e a felicidade. E os projetos sociais são de suma importância, Sr. Presidente, nos presídios, nos hospitais, nas praças, nas comunidades, e também nas forças policiais. Tem sido feito um trabalho muito especial nas forças de segurança. Inclusive queria até parabenizar o Pastor Alessandro, que estava conosco aqui, que faz o trabalho da UFP, a Universal nas Forças Policiais. Amanhã, 9 de julho, 48 anos de existência dessa Igreja que continua trabalhando em favor das pessoas, fazendo a missão que Jesus mandou que fosse feita: *"Ide por todo mundo e pregai o Evangelho"*. Isso tem sido parte preponderante na vida dos pastores, obreiros e membros, afinal a Igreja não é a parede, não é composta dos templos, mas das pessoas que unem a fé e são, assim, agraciadas por todo esse trabalho que tem sido feito. Não importa o local, a localidade, um lugar grande, pequeno, bonito ou não, as pessoas estão ali com muita fé realizando esse feito de orar, de buscar a Deus, de estar unidas com Deus. Isso serve para todos nós aqui, Parlamentares, estamos aí chegando ao recesso e, se não colocamos Deus à frente dos nossos projetos e ideais, não duramos muito. Não sabemos o dia de amanhã, não sabemos o que nos espera no momento de amanhã. Por isso, todos nós, cada um na sua fé, na sua religião, estejamos sempre ligados, primeiramente a Deus,

para nos dar inteligência, sabedoria e direção em todos os nossos projetos e ideais. Pois não, Deputado Fadel, pediu um aparte?

Deputado Moacyr Fadel (PSD): Está acabando o semestre, Pastor Amaro. Termine a sua fala com uma oração para abençoar esta Casa.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Podemos, Sr. Presidente, o pedido do Deputado Fadel?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Perfeitamente, Deputado Alexandre Amaro.

Deputado Matheus Vermelho (PP): Um aparte, Deputado. Estamos precisando para amenizar o clima aqui e o pessoal se acalmar um pouquinho.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Então, por gentileza, vamos ficar todos em pé, por favor...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Suspendo a Sessão por cinco minutos.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Está reaberta a Sessão. Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra à Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PP): Presidente, subo a esta tribuna para falar de um crime estarrecedor que foi cometido contra uma mulher e que hoje a Polícia Civil de Ponta Grossa e a imprensa amplamente divulgaram. Trata-se de uma jovem de 18 anos que foi estuprada por um eletricista terceirizado da Copel dentro da própria casa, Deputada Marli. Ela estava sem luz, chamaram o serviço, Deputada Luciana, e em um determinado momento esse homem vai com ela para um outro cômodo da casa e comete, então, o crime de estupro contra ela. Estarrecedor, não é, pensar que dentro da própria casa você não está segura, que

você chama um serviço terceirizado e que essa pessoa, esse homem, comete um crime tão bárbaro contra essa jovem. Ela relata que *“hoje mais cedo minha residência ficou sem luz, então chamamos a Copel para ver. Ela veio e, durante o trabalho, um dos moços que veio me roubou um beijo e me levou para o porão, porque precisava de uma ferramenta, nisso ele já foi querendo fazer algo a mais. No momento fiquei em choque, sem saber o que fazer, não queria aquilo, depois de alguns segundos falei para ele parar, porque fiquei com medo”*. Que tristeza ouvir um relato desse de uma jovem de 18 anos estuprada dentro da própria casa, por alguém que estava indo prestar um serviço, Deputada Cloara. Segundo a Delegada, Dr.^a Claudia Krüger, Delegada da Delegacia de Ponta Grossa, a Copel colaborou, inclusive para identificar esse terceirizado e, com a conclusão do inquérito, o caso agora foi encaminhado ao Ministério Público. E o que pedimos aqui, em nome da Bancada Feminina, é que essa apuração aconteça de forma muito rápida e que sirva de exemplo para que tenhamos o cuidado também das nossas terceirizadas, das nossas empresas que terceirizam serviços para que tenham cuidado na hora da contratação dessas pessoas. Deputado Hussein, a Copel já tem colaborado, já está colaborando no caso, mas, de qualquer forma, a Bancada Feminina quer reforçar para que tenha esse cuidado na contratação, para que casos como esse não ocorram mais, porque a violência contra a mulher, infelizmente, cresce a cada dia, mas não podemos permitir que algo assim ocorra e não podemos nos calar diante dessas violências que estão acontecendo. Então, queria registrar, em nome da Bancada Feminina, conversamos aqui entre as Deputadas e ficamos todas revoltadas com essa situação. Era isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vou conceder a palavra, na Liderança do Governo, para o Deputado Missionário Ricardo Arruda e, posteriormente, se houver inscrição, na Liderança da Oposição, mas vou considerar que a Deputada, em virtude do painel ter travado, a Deputada Ana Júlia falou no Horário das Lideranças.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais Deputados. Esse pedido foi feito não apenas para a Ana Júlia, mas para o Deputado Renato

Freitas. Está o nome dos dois aqui; se ela leu, ela entendeu isso. O novo Regimento Interno diz que ataques pessoais a Deputados não podem acontecer nesta Casa. E foi exatamente o que aconteceu aqui: acusação, ofensas para desmoralizar o nome. Então, isso aí é passível sim do que foi entrado, não só aqui, como também na Justiça comum foi entrado isso aí. Não podemos permitir, nunca faço ataque pessoal a nenhum Deputado, e nunca fiz. Isso aqui tem que acabar nesta Casa. A nossa briga aqui é por projetos, por ideias, tudo bem. Agora ataques pessoais, como ela falou vários: *ele não sabe ler, ele não tem informação, não conhece Regimento, é misógino*. É a mesma conversa quando a Gleisi fala de alguém, é igual esse termo. Não podemos permitir ataque pessoal. Não fiz ataque pessoal a ninguém nesta Casa, zero. Zero! Fiz um comentário, uma vez, com um repórter, nem falei aqui. Então, o que pedi... se vamos ficar quietos para tudo e se for – no caso aqui foi um Deputado e uma Deputada, é um homem e uma mulher, são direitos iguais –, então, a casa que avalie. Não estou aqui para julgar ninguém. Se há um pedido, o meu jurídico achou que devia ser feito. Foi feito, ponto final! É um direito parlamentar, um direito da Casa avaliar se vale ou não. Agora se o Regimento novo, que vocês falaram que é importante não poder ter ataque pessoal, e o que ela mais fez foi me atacar pessoalmente, na tribuna, e na rede social dela – e recebi um monte de xingamentos na minha rede –, isso não está correto porque não faço ofensa pessoal a ninguém. Repito, no meu terceiro mandato, nunca fiz. O meu ataque é a quem merece: é Lula, é ex-presidiário. São outras coisas, não tem nada a ver com deputado. Não estou preocupado com a vida de ninguém aqui, cada um aqui é independente, de maior idade, cada um tem o direito de defender as pautas que quiser, os projetos que quiser e isso é um direito de cada um. Agora, ataque pessoal, chamar que não sabe ler, que não sabe que tem problema cognitivo, cara, não tem cabimento. Ela ofendeu e muito, aproveitou para disparar na rede dela, para ganhar seguidor. Legal, faz parte do jogo. Não me incomoda em nada o que o PT faz, não me atinge em nada o que o PT faz. Agora, ataque pessoal, se esta Casa, realmente, quer tomar atitude, como falou que quer tomar, e mudou o Regimento Interno, então que esta Casa tome atitude e tenha punição para quem faz ataque pessoal. Isso é inadmissível: tanto

para homem, quanto para mulher. É uma explicação que estou dando aqui, apenas isso. Sem *show*, sem teatro, sem *mimimi*, apenas estou falando que o Regimento da Casa, o novo regimento, diz. Se vocês lerem a minha acusação – a Comissão de Ética vai receber –, vocês vão ver todos os itens que ela me atacou na pessoa física, no meu CPF. Coisa que nunca fiz. Não perco tempo aqui em atacar Deputado, não é minha função. Até porque todo mundo aqui, no seu CPF, tem uma vida: é filho, é mãe, é tio, é esposa, é marido, é avô. Então não se pode atacar pessoalmente um Deputado isso aí – no CPF dele – é uma coisa imoral no meu ponto de vista e é inaceitável. Espero que esta Casa tenha um julgamento justo, não sou eu que vou julgar. Então, está explicado o motivo. Fiz pelos ataques pessoais que a Deputada Ana Júlia fez contra o meu nome – o Deputado Romanelli vai receber uma cópia, o senhor não se sentiria à vontade e ninguém se sente à vontade em ataque pessoal ao seu nome, tentando denegrir a imagem. Isso está errado. Não importa se é homem, se é mulher, se é adulto, isso está muito errado e tem que acabar nesta Casa, que nunca teve, pelo menos nos meus três mandatos, nunca vi isso. A primeira vez que estamos vendo isso está sendo neste mandato. Começou com o Deputado Renato Freitas atacando o Traiano, atacando não sei quem, me atacando também, tentando desmoralizar. Aí pega uma denúncia, faz o maior carnaval. Denúncia não é crime. Crime é quando a pessoa foi condenada, igual o Lula, Presidente do PT. Aí, sim, foi investigado, julgado, condenado e preso. Aí podemos chamá-lo de criminoso, de bandido, aí tudo bem. Agora, enquanto uma pessoa não foi julgada, é inadmissível culpá-la, apontar o dedo para ganhar seguidor e curtida em rede social, para fazer *oba-oba* com a *petezada*, para falar “*olha o cara é réu, o cara é isso*”. Não! Isso é imoral, isso é indecente, é inaceitável. Então o meu pedido é correto, tanto aqui como na Justiça comum. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputada Ana Júlia, V.Ex.^a vai usar o Horário da Liderança da Oposição? **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Doutor Leonidas (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Matheus Vermelho (UNIÃO), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Nelson Justus (UNIÃO) Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Requião Filho, Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL), Reichembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhrer (UNIÃO) (52 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Cantora Mara Lima (REP) (Req. 1748 - Art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno) e Maria Victória (PP) (Art. 98, caput, do Regimento Interno) (2 Parlamentares).

Passamos aos Itens da pauta.

Temos cinco Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 248/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 30/2025, dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2026.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.º 14/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 93/2024, que revoga a Lei Complementar n.º

68, de 22 de junho de 1993, que dispensa do estágio probatório o professor da rede pública estadual, detentor de um primeiro cargo de professor com estágio probatório já concluído.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.º 5/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 31/2025, em regime de urgência, que altera a Lei Complementar n.º 245, de 30 de março de 2022, que institui o Quadro Próprio da Polícia Penal do Estado do Paraná.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 313/2025, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que cria a Rota Religiosa Caminhos dos Anjos. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Turismo.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 487/2025, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Ofício n.º 1246/2025, que cria e transforma cargos em comissão, cria funções comissionadas na estrutura do 1.º Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e altera as Leis n.º 20.329, de 24 de setembro de 2020, e n.º 21.811, de 13 de dezembro de 2023. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 6 – 1.º Turno do Projeto de Lei 639/2024, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que dispõe sobre a conscientização e medidas de prevenção às doenças cardiovasculares. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Saúde. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro,**

Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (42 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Del. Jacovós, Goura, Luiz Fernando Guerra, Maria Victoria, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach e Requião Filho (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 639/2024.

Para os Itens 7, 9 e 10 faremos votação agrupada, por tratarem de matérias correlatas.

ITEM 7 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 275/2025, de autoria do Deputado Matheus Vermelho, que concede o título de utilidade pública à Associação Moto-Trail Lobos da Trilha, com sede no município de Santa Terezinha de Itaipu. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 434/2025, de autoria da Deputada Maria Victoria, que concede o título de utilidade pública à Associação Laboratório de Artes, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 10 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 438/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Associação WS Aircraft Museum, com sede no município de Campo Largo. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Peço aos Deputados, temos duas votações ainda, que permaneçam no Plenário. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (39 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Del. Jacovós, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Renato Freitas e Requião Filho (15 Deputados).]** Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 8 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 430/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi, do Deputado Moacyr Fadel, do Deputado Matheus Vermelho, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, do Deputado Arilson Chiorato, do Deputado Bazana, da Deputada Maria Victoria, do Deputado Batatinha, do Deputado Alisson Wandscheer, do Deputado Goura, do Deputado Anibelli Neto, do Deputado Gilberto Ribeiro, da Deputada Cloara Pinheiro, do Deputado Dr. Leônidas, do Deputado Jairo Tamura, do Deputado Tercílio Turini, do Deputado Delegado Tito Barichello, do Deputado Hussein Bakri, da Deputada Luciana Rafagnin, do Deputado Denian Couto, do Deputado Mauro Moraes, do Deputado Marcio Pacheco, que denomina Biblioteca Pública Estadual Dalton Trevisan a atual Biblioteca Pública do Paraná localizada no Município de Curitiba. **Aguardando parecer das Comissões. O Item 8 foi retirado de ofício por esta Presidência.**

ITEM 11 – 2.º Turno do Projeto de Decreto Legislativo n.º 9/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi, do Deputado Gugu Bueno e da Deputada Maria Victoria Homologa o Decreto do Poder Executivo n.º 10.517, de 07 de julho de 2025, que introduz alterações no regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim” também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Como votam os Deputados Anibelli, Arilson, Jacovós, Tito, Fábio, Flávia? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (37 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Del. Jacovós, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Goura, Maria Victoria, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho e Samuel Dantas (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n.º 9/2025.**

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, desculpa, só para transmitir um recado aos membros da Comissão de Meio Ambiente, Saúde e Proteção Animal. Assim que terminar a Sessão, temos uma reunião.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1778/2025, do Deputado Alexandre Curi, solicitando a dispensa de votação da Redação Final dos Projetos de Lei apreciados em turno único ou em segundo turno, constantes da Ordem do Dia de quarta- feira (antecipada). **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 1782/2025, da Deputada Maria Victória, solicitando a dispensa de votação de Redação Final ao Projeto de Lei n.º 434/2025 da Ordem do Dia, pois o mesmo foi aprovado sem emenda no curso de sua tramitação. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 4 de agosto, no horário regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 639/2024; 1.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 439 e 457; Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 288, 354, 426 e 452.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h58, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)